

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**

O Presidente do Comdema Conselho Municipal do Meio Ambiente, faz saber: O Comdema constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei nº 5712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto Nº 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)) e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal do Meio Ambiente, ([Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996](#)).

Ata da Reunião Ordinária do Comdema - Conselho Municipal do Meio Ambiente realizada em 03/04/2024.

No terceiro dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, às dez horas e doze minutos, reuniu-se o Comdema Conselho Municipal do Meio Ambiente em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada nas dependências da ACIJ Associação Empresarial de Joinville, na Av. Aluísio Pires Condeixa, 2550 -Saguauçu, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os [Conselheiros\(as\)](#) - mandato 01/03/2023 à 28/02/2025, conforme [Decreto 53.364, de 23 de fevereiro de 2023](#) e suas alterações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Pedro Toledo Alacon, da CAJ; Rafael Cristiano Wolter, do CREA-SC; Andressa Salgueiro Baigorria, da OAB; Amílcar Nicolau Pelaez, do SindSerraria; Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Tiago Corrente Medeiros, da PMA; Lucas Peres Farias, da SES; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Renan Gonçalves de Oliveira, do Sinduscon; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Troy Roger Lemke, da SDE.UDR; Cristina Jandrey Silva, da ALOJ; Priscila De Lima Watanabe Quandt, da Secovi; Marlene Terezinha Zimmer, da SED; e Cláudia Márcia Lima Carvalho Santos, da Seinfra. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujo os nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: José Augusto de Souza Neto, da SAMA; João Victor Galvan, da SAMA; e Jacson Gil Carneiro, da ACEF. Na reunião foram desenvolvidos os seguinte assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata COMDEMA Reunião 06/03/2024; **2)** Vigilância Ambiental de Joinville - Combate à Dengue, por SES; **3)** Câmara Técnica Conjunta CTC, por SAMA.UGA; **3.1)** Plano Manejo da Ilha do Morro do Amaral, Status, por SAMA.UGA; **4)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre. **Pauta 1) Aprovação da Ata COMDEMA Reunião 06/03/2024:** O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita cumprimentou a todos, deu boas-vindas, agradeceu suas presenças e, após a verificação do quórum regimental, iniciou a reunião questionando aos Conselheiros se todos receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da reunião plenária do dia 06/03/2024, a qual foi aprovada com três abstenções. **Pauta 2) Vigilância Ambiental de Joinville - Combate à Dengue:** O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita cede a palavra para o Conselheiro Lucas Peres Farias, da SES, que

cumprimenta aos demais Conselheiros e inicia sua fala informando que a vigilância ambiental é vinculada a Secretaria da Saúde (SES) e responsável pelos serviços de vigilância para prevenção de zoonoses, doenças que possam ser transmitidas ao seres humanos através de animais, sendo atualmente a dengue a zoonose com mais casos ativos no município. O responsável pela transmissão do vírus da dengue é a fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, com o Conselheiro Lucas comentando também que a fêmea pode por até 100 ovos por vez, colocando seus ovos em recipientes que possam conter água, como pneus, calhas e pratos sob vasos de plantas, ressaltando também que o mosquito possui um ciclo de vida que varia de 35 a 45 dias. Após os ovos serem colocados no recipiente e este sofrer acúmulo de água os ovos, ao entrarem em contato com a água, eclodem e dão origem as larvas, e permanecerão assim por um período entre cinco e seis dias, tornando-se posteriormente uma pupa que, após dois dias, da origem ao mosquito e, após saírem dos casulos, os machos e as fêmeas copulam uma única vez e se separam, com a fêmea sugando sangue para se alimentar e, caso esteja contaminada com o vírus da dengue, acaba transmitindo o vírus para os seres humanos. O Conselheiro Lucas apresenta dados referentes aos focos de mosquito no município, informando que o bairro Aventureiro é o bairro com mais focos, com cerca de 99% desses focos sendo da espécie *Aedes aegypti*, que acabou afastando outras espécies para as zonas rurais do município e tornando-se uma espécie exclusivamente urbana. Com relação aos casos de dengue, o Conselheiro Lucas informou que até o momento, durante o ano de 2024, foram notificados 50.807 casos de dengue, com cerca de 30 dos casos sendo suspeitos, 8.043 confirmados e 12.160 casos em que foram descartadas as hipóteses de dengue, além de 14 óbitos. Com relação ao controle do mosquito, o Conselheiro Lucas informou que a SES conta com uma equipe de 120 pessoas, tendo sido 40 pessoas contratadas no último mês, com essa equipe realizando visitas nos imóveis com o intuito de vistoriar as residências e orientar os moradores que possuem recipientes com acúmulo de água, ressaltando que a ordem dos bairros vistoriados é definida de acordo com o levantamento do número de focos de mosquito e casos identificados, com as regiões que apresentam os maiores índices tendo preferência na fiscalização. O Conselheiro Lucas informa que a equipe também desenvolve atividades de pesquisa e combate, como a rede entomológica em imóveis considerados pontos estratégicos, essa rede consiste de um pneu cortado que é colocado em um ponto do imóvel para se tornar propositalmente u foco do mosquito, funcionando como uma espécie de armadilha, com a equipe de fiscalização monitorando semanalmente essas armadilhas e recolhendo as larvas do mosquito, higienizando os pneus e recolocando a armadilha. Essas armadilhas são distribuídas com espaçamento de 300 metros em uma rede e são utilizadas para indicar as regiões do município em que há presença do mosquito, com o Conselheiro Lucas informando que, atualmente, há presença de larvas em todas as regiões da cidade, e ressalta que os pontos estratégicos são definidos com base nas características das atividades desenvolvidas nos imóveis, como borracharias, ferro velho, cemitérios e demais locais que apresentam grande quantidade de materiais que possam ter acúmulo de água e que são vistoriados a cada 15 dias para orientar os proprietários e realizar coleta caso sejam encontradas larvas do mosquito, além de nesses locais serem aplicados produtos de controle residuais nesses materiais e nas paredes para que o mosquito, ao pousar nesses locais, seja abatido. Outra atividade de combate desenvolvida segundo o Conselheiro Lucas são as chamadas estações disseminadoras, comentando que essa é uma ação desenvolvida apenas em alguns dos bairros do município, em que são espalhados pela região tecidos que possuem uma água misturada com um produto e o mosquito, ao entrar em contato com esse produto, se contamina com ele e torna-se estéril, além de que o mosquito acaba espalhando esse produto por todos os locais que pousar, contaminando outros mosquitos que pousarem no mesmo lugar posteriormente e, caso o mosquito fêmeo vá até esse tecido para colocar seus ovos, as larvas já nascerão contaminadas e incapazes de se reproduzir. Outra estratégia adotada pela Vigilância Ambiental segundo o Conselheiro Lucas é a Coleta de Pneus, que ocorre através do atendimento de ouvidorias que denunciam pneus espalhados pela cidade, além de dos próprios membros da equipe que, ao se depararem com pneus jogados na rua, já avisam no grupo de whatsapp sobre coleta de pneus para que a Vigilância Ambiental realize a coleta. O Conselheiro Lucas informou também que, diariamente, de duas a três equipes desenvolvem atividades com crianças em escolas do município, com ações como teatro de fantoches para crianças de séries iniciais e materiais informativos. Com relação as orientações para prevenção, o Conselheiro Lucas que a SES fornece em suas ações os mesmos materiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde, e que as informações repassadas pelos Agentes é de que todos os recipientes que podem se tornar focos do mosquito devem ser monitorados ou eliminados, e comenta que já atua na Vigilância Ambiental há 19 anos e que nessa época a grande maioria dos focos era em borracharias e ferro velhos, contudo, hoje em dia mais de 75% dos focos de dengue no município estão nas residências, e informa que, nas ações realizadas nas escolas, são distribuídos os materiais informativos e o check list chamado “Detetives da Dengue”, para que as crianças verifiquem com os pais se os itens da lista estão de acordo e marquem na folha. Com relação ao planejamento da SES para o ano de 2024, o

Conselheiro Lucas informa que já está sendo efetuada a aplicação “Método Wolbachia”, que consiste na inserção da bactéria Wolbachia no organismo do mosquito *Aedes aegypti*, impedindo que o vírus da dengue se desenvolva no mosquito ao ponto de infectar seres humanos, o que em longo prazo irá reduzir o contágio no município. O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita informa que o objetivo da utilização desse método é espalhar esses mosquitos com a bactéria nos pontos mais críticos do município, e pede para que os Conselheiros repassem para as pessoas próximas a informação de que esse método já é adotado em outros municípios do país e que tem se mostrado eficaz na redução do contágio de dengue. O Conselheiro Lucas complementa informando que um grande exemplo é o município de Niterói, no Rio de Janeiro, que teve redução de 94% dos números de contágio, reiterando que o método tem como objetivo substituir gradativamente a população natural do mosquito pela população modificada com a bactéria, que são incapazes de transmitir o vírus. O projeto de aplicação do método em Joinville está sendo realizado em parceria com a Fiocruz, com o Conselheiro Lucas informando que a equipe de Vigilância Ambiental encaminhou para a Fiocruz um estoque de cerca de 20.000 ovos que foram coletados no município para que a Fundação insira a bactéria nesses ovos e inicie a reprodução dos mosquitos modificados de forma que as próximas gerações do mosquito irão herdar a bactéria e, posteriormente, serão encaminhados a Joinville e soltos na cidade para se reproduzirem com os mosquitos naturais, o que levará ao nascimento de mosquitos que possuirão a bactéria no organismo, substituindo gradualmente a população de mosquitos tradicional pela variante não transmissora. A Conselheira Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ questiona com relação a como vai funcionar o cronograma da execução do programa no município, no que o Conselheiro Lucas responde que, primeiramente, ocorreu a avaliação dos requisitos de admissibilidade do município no programa, comentando em seguida que uma das principais razões para que Joinville tenha sido selecionada para o projeto foi o fato de que a prefeitura possui um histórico bem elaborado dos dados referentes ao número de casos de dengue no município, bem como o município possui uma rede de monitoramento e levantamento dos indicadores da população dos mosquitos e da concentração dos mesmos por regiões da cidade e, atualmente, o município está na etapa de promoção do engajamento social, com a SES tendo concluído na semana anterior uma pesquisa com levantamentos de dados do município, informando que esses dados serão encaminhados aos responsáveis pelo programa e analisados, de forma que será fornecida a Secretaria as instruções de execução do programa, de modo que o município não poderá alterar nada no planejamento de aplicação, apenas executá-lo, e reitera a fala do Presidente do Conselho ao ressaltar a importância de que os Conselheiros auxiliem repassando a informação de que a etapa de soltura dos mosquitos não será, de nenhuma forma, prejudicial ao município. O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita salienta que o mosquito modificado não interfere no meio ambiente, apenas visa substituir os mosquitos naturais por uma variante incapaz de transmitir a dengue sem impactar a natureza e nem causar nenhum tipo de competição ambiental, e reitera a importância do engajamento da população para que os munícipes possuam as informações corretas sobre o a execução do programa, e informa também que, após a soltura dos mosquitos com Wolbachia, haverá monitoramento constante, entretanto, salienta que os impactos da soltura serão sentidos apenas dentro de um ano, quando forem comparados os indicadores dos anos de 2024 e 2025. A Conselheira Leticia questiona para quando está prevista a soltura dos mosquitos com Wolbachia, no que o Conselheiro Lucas responde que a soltura está prevista para início no segundo semestre de 2024, e reforça que programa não envolve nenhum tipo de modificação genética e nem nenhuma bactéria criada em laboratório ou modificada, informando que a Wolbachia é uma bactéria que é presente naturalmente no organismo de outros insetos e está apenas sendo inserida no organismo dos mosquitos para impedir que sejam capazes de infectar seres humanos com o vírus da dengue, não causando nenhum mal ao mosquito, seres humanos ou animais que se alimentem do mosquito. A Conselheira Marta Beatriz Maccarini, do IMA questiona qual período do dia a aparição dos mosquitos é mais frequente, comentando que já ouviu a tanto a informação de os mosquitos buscam alimento mais no período da manhã quanto que se alimentam a noite, no que o Conselheiro Lucas respondeu que o mosquito na verdade é mais ativo nos períodos do dia em que ocorrem a inversão térmica, ou seja, no início da manhã, quando a temperatura começa a aumentar e durante o final do dia, quando a temperatura começa a diminuir, contudo, ressalta que as características do clima de Joinville, que se varia muito durante o dia, acabam tornando o mosquito muito mais ativo, e aproveita para reforçar também que, mesmo que em um futuro próximo os casos de dengue diminuam graças ao projeto, todas as ações realizadas pela Vigilância Ambiental continuarão ocorrendo, com o próprio projeto prevendo a continuidade dessas ações. O Conselheiro Lucas informa que além do Projeto Wolbachia, a SES formou uma Comissão Especial Permanente de Combate ao *Aedes aegypti* (CEPAa), responsável pela execução do Projeto CEPAa, que visa incentivar empresas do município a participarem do controle do mosquito da dengue no município, comentando que a SES já esteve em várias empresas e tiveram uma boa receptividade, com muitas empresas adotando as sugestões da Comissão para prevenção do mosquito. Caso os munícipes

possuam dúvidas ou desejem realizar alguma denúncia de focos de mosquitos o Conselheiro Lucas informa que deve ser encaminhada a Vigilância Ambiental por meio de ouvidoria, ressaltando que até o momento a SES já recebeu, somente no ano de 2024, mais de 3.600 denúncias relacionadas à dengue pelas ouvidorias, comentando que durante todo o ano de 2023 a Secretaria recebeu menos de 4.000 denúncias, com a previsão de que ainda no mês de Abril de 2024 as denúncias superem esse número, o que se dá devido ao aumento de casos de dengue e ao aumento do acesso a informação através de ferramentas como o aplicativo “Joinville Fácil”, que ainda é uma ferramenta muito nova. O Conselheiro Lucas encerra sua fala agradecendo a atenção de todos e se colocando a disposição para responder eventuais questionamentos. O Conselheiro Amílcar Pelaez, do SindSerraria retoma a fala do Conselheiro Lucas sobre os índices dos casos de dengue no município já estarem próximos de poder indicar, futuramente, uma situação de epidemia, e questiona se nas análises da equipe de Vigilância há alguma previsão da situação da dengue no município em um futuro próximo, e se essas previsões apontam pra um aumento dos casos e até uma possível situação de epidemia, ou se apontam para uma redução desses casos, no que o Conselheiro Lucas responde que existe uma linha de crescimento nacional do aumento de casos de dengue, informando que essa linha atualmente está estabilizada, uma vez que a dengue trata-se de uma doença sazonal, que atinge seu ápice nos períodos de maior calor e chuva. O Conselheiro Jacson, da ACEF questiona o que é feito com os pneus coletados pela Vigilância Ambiental, no que o Conselheiro Lucas responde que esses pneus são levados para um Eco ponto no bairro Paranaguamirim, onde algumas empresas e instituições separam uma parte desses pneus para que sejam moídos e reutilizados enquanto o resto é queimado em uma fôrnalha. Aproveitando o ensejo, a Conselheira Marta Beatriz Maccarini, do IMA comenta que o governo do estado de Santa Catarina possui o programa “Penso, logo destino”, que trata da logística reversa, e que um dos primeiros materiais selecionados para essa campanha foram os pneus justamente como forma de prevenção de focos de dengue, informando que esse programa teve início contando apenas com pequenas cidades e, com o tempo, cidades maiores foram aderindo ao programa, assim como Joinville. Por meio do programa, os pneus são coletados e levados para empresas de reciclagem, onde terão o metal separado da borracha, que é processada e transformada em um novo produto. A Conselheira Cristina Jandrey Silva, da ALOJ questiona como o munícipe que queira entregar um pneu pode solicitar que seja recolhido, no que o Conselheiro Lucas responde que o cidadão deve encaminhar uma ouvidoria, anexando uma foto do local em que se encontra o pneu e solicitando a sua coleta. A Conselheira Cristina questiona se não há uma demora na coleta desses pneus, tendo em vista a quantidade de ouvidorias recebidas pela Secretaria e o tempo de resposta devido à demanda, no que o Conselheiro Lucas responde que a SES possui uma equipe que realiza essa coleta diariamente, o que faz com que as ouvidorias logo que recebidas já sejam incluídas no cronograma de coleta e os pneus sejam recolhidos em no máximo dois dias, comentando também que, quando a equipe de Vigilância Ambiental, enquanto fiscaliza um imóvel encontra um pneu, já solicita ao proprietário que coloque o pneu na calçada e, em seguida, um agente da Vigilância tira uma foto do pneu e encaminha a foto com o endereço em um grupo do whatsapp com a equipe de coleta, para que essa acrescente a demanda no cronograma de coleta. A Conselheira Cristina Jandrey, da ALOJ questiona em qual faixa etária a quantidade de casos de dengue é maior, no que o Conselheiro Lucas responde que diferentemente de doenças como o COVID – 19, a dengue não possui uma faixa etária mais atingida, apenas uma maior incidência em pessoas com comorbidades, contudo, isso não é regra, citando como exemplo um caso que ocorreu recentemente em uma cidade próxima de Joinville, em que uma criança de quatro anos foi internada com dengue em estado grave. O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita, questiona se a SES possui informações sobre a aquisição de vacinas contra a dengue, e se todas as vacinas que chegarem ao país serão disponibilizadas pelo SUS ou se o sistema privado de saúde, que já estava vendendo as vacinas anteriormente, poderá comprar novos lotes e disponibilizar para compra, no que o Conselheiro Lucas responde que a questão das vacinas é uma demanda da unidade de epidemiologia da Secretaria, informando ter conhecimento apenas que está sendo iniciada a distribuição da vacina dentro do cronograma do SUS e que essa vacina já estava sendo vendida há muito tempo no sistema privado, embora hoje já esteja em falta para compra. O Conselheiro Pedro Toledo Alacon comenta com relação às recomendações de não vacinação contra a dengue para pessoas maiores de 60 anos, informando que essa vacina específica é feita utilizando o próprio vírus da dengue atenuado, ou seja, o vírus continua vivo na vacina, porém está fraco e, como muitos idosos possuem naturalmente problemas de imunidade, a vacina apresentaria muitos riscos a saúde e altas chances de o idoso acabar contraíndo a doença pela própria vacina. Com relação à distribuição das vacinas, o Conselheiro Pedro comenta ter assistido a uma reportagem no dia anterior em que era dito que a empresa responsável pela produção dessas vacinas não consegue produzi-las em larga escala e, por essa razão, o Governo Federal precisou montar um cronograma de vacinação por grupos prioritários, contudo, salienta que tem saído notícias sobre uma vacina que está sendo desenvolvida pelo instituto Butantã e

que, pelo que foi confirmado até o momento, será uma vacina de dose única, diferentemente da vacina aplicada atualmente, que precisa ser aplicada em duas doses. A Conselheira Cristina sugere que se busque alguma forma de ampliar, no município, a divulgação dessas informações acerca da recomendação de que maiores de 60 anos não sejam vacinados contra a dengue, comentando que recentemente levou sua mãe ao hospital há algumas semanas e que ela, ao questionar ao médico se poderia tomar a vacina mesmo sendo maior de 60 anos, foi informada por ele de que não haveria risco nenhum caso a mesma se vacinasse. A Conselheira Cristina questiona se o município possui testes de dengue suficientes para atender a população ou se estão em falta, no que o Conselheiro Lucas respondeu que o SUS realiza atualmente dois testes para diagnosticar a dengue, sendo esses um exame de sangue e o exame do laço, sendo que esse último consiste em marcar um quadrado no antebraço do paciente, pressionar a região e depois realizar a contagem do número de petéquias (pontos vermelhos) dentro do quadrado e, caso encontrem-se um certo número de petéquias, o paciente se torna um caso suspeito de dengue, precisando passar posteriormente por exame de sangue para confirmar a suspeita. O Conselheiro Pedro ressalta que o tratamento para a dengue é beber muita água, comentando que quando ele e sua esposa tiveram dengue o médico recomendou, além de repouso, que ambos bebessem pelo menos seis litros de água por dia. O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita pede que o Conselheiro Lucas retorne em alguma das reuniões programadas para o segundo semestre do ano para apresentar ao Conselho as atualizações sobre o projeto Wolbachia e, sem mais manifestações, declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Câmara Técnica Conjunta CTC:** O Presidente do Conselho, Fábio João Jovita cede a palavra para a Conselheira Magda Franco, da SAMA, que cumprimenta aos demais Conselheiros e inicia sua fala informando que a primeira reunião da CTC ocorreu ainda no início de Fevereiro na Univille, que cedeu um espaço para a realização das reuniões da Câmara Técnica todas as quintas-feiras, exceto as duas últimas reuniões, com a reunião da semana anterior tendo sido alterada para a última quarta-feira devido a programação de eventos da própria Univille e a reunião dessa semana, que foi adiantada para essa quarta-feira, tendo sido realizada no início da manhã, antes da presente reunião do Comdema, na ACIJ. Na primeira reunião da CTC, houve a apresentação das entidades, aprovação do regimento interno, definição de metodologia de desenvolvimento dos trabalhos e cronograma das reuniões e, atualmente, as reuniões da Câmara Técnica estão abordando todos os pontos e danos ambientais do acidente ocorrido na Rodovia SC 418. Na segunda reunião foi apresentado um mapa do local do acidente, bem como a região de abrangência, com a Conselheira Magda comentando que foi discutida a possibilidade de serem analisados todos os mananciais da APA, com todos os Conselheiros entrando em consenso de analisar apenas a área de abrangência do acidente, tendo em vista que demandaria uma grande quantidade de tempo, ressaltando que, nessa mesma reunião, houve participação de representantes da SAP, que embora não seja um membro da CTC, a SAP já vem desenvolvendo um Plano Municipal de Prevenção de Desastres e, por essa razão, a Câmara Técnica decidiu convidar representantes da Secretaria de Administração e Planejamento para apresentar os trabalhos desenvolvidos com esse plano, a fim de identificar se a CTC não estaria seguindo na mesma direção do Plano desenvolvido pela SAP, ressaltando que o Plano desenvolvido pela SAP é muito mais amplo do que os trabalhos desenvolvidos na CTC, e o plano irá abordar uma série de situações que afetem o município como um todo, enquanto a Câmara Técnica aborda apenas os perigos do transporte de cargas perigosas na APA, comentando também que a SAP está atualmente na etapa de realização do diagnóstico, que conterà as informações necessárias para a definição dos produtos de elaboração do plano, com estes previstos para serem definidos e apresentados até o mês de Outubro de 2024, enquanto os trabalhos da CTC estão previstos para serem finalizados ainda no primeiro semestre desse ano, tendo em vista que os trabalhos desenvolvidos são menos amplos e mais objetivos, além de possuírem uma região de abrangência muito menor. A Conselheira Magda comenta também que, pós a apresentação da SAP e o esclarecimento de que a proposta da Câmara Técnica não entraria em conflito com o desenvolvimento do Plano Municipal de Desastres, a SAMA realizou, na terceira reunião da CTC, uma apresentação de todos os trabalhos desenvolvidos no âmbito das emergências ambientais de que se tem registro, a qual se concluiu que a Secretaria não possui toda a estrutura necessária para atender emergências com impacto do porte do acidente ocorrido na APA, informando que o ideal seria que a SAMA tivesse uma equipe especializada nesses casos que ficasse de plantão para atender, ocasionalmente, essas emergências, além de mais veículos e equipamentos do que os que estão disponíveis, levando em conta que é necessária verba para comprar e realizar a manutenção desses equipamentos, informando que foi firmado um convênio com os bombeiros voluntários, que abarcou, no âmbito das atividades dos bombeiros voluntários, um destacamento específico para tratar dessas emergências ambientais e, após ser firmado esse convênio, a Secretaria convidou os bombeiros voluntários para participarem da Câmara Técnica, uma vez que os mesmos estão atualmente a frente do atendimento de emergências ambientais, tendo a entidade equipado o veículo de

atendimento de emergências da Secretaria e colocado à disposição uma equipe em constante aperfeiçoamento e capacitação para atender essas emergências ambientais e, na quarta reunião, a equipe dos bombeiros voluntários realizou uma apresentação de um diagnóstico das situações vivenciadas pelos bombeiros até agora, além de alguns indicadores das emergências atendidas e das fragilidades e necessidades de melhorias nos atendimentos. Já com relação à quinta reunião, que ocorreu na ACIJ uma hora antes da presente reunião do Comdema, a Conselheira Magda informou que foi apresentado pela CAJ o Plano de Prevenção de Riscos da Companhia, tendo sido também abordadas as ferramentas e tecnologias atualmente utilizadas na sua aplicação, bem como um relato de todas as ações tomadas durante o acidente com Ácido Sulfônico na APA, comentando também que a sexta reunião da CTC, que já estava programada para ocorrer no dia 11/04/2024 na Univille, teve sua data alterada para o dia 09/04/2024 (próxima terça-feira) para ocorrer em conjunto com a reunião da Defesa Civil, na qual várias entidades que compõe o grupo de emergência estarão presentes para apresentarem relatos sobre as ações tomadas a partir do acidente da APA e, em razão do tema e dos dados que serão apresentados, os membros da Câmara Técnica acordaram que seria bastante proveitoso participar dessa reunião, especialmente as previsões de adaptações e melhorias na SC 418 para que, a partir do que estiver sendo desenvolvido, a CTC possa desenvolver diretrizes que irão de encontro a essas propostas e inseri-las no documento final também, comentando também acreditar que serão necessárias mais duas reuniões posteriores para discutir o documento e iniciar de fato a elaboração da proposição técnica de sugestões de medidas que possam aumentar a segurança do transporte de cargas perigosas na SC – 418 para que, posteriormente, esse documento seja apresentado a todos os três Conselhos envolvidos, submetido a aprovação e, se aprovado, encaminhado as autoridades e órgãos competentes. A Conselheira Magda encerra sua fala, se colocando a disposição para responder eventuais questionamentos. Não havendo manifestações, o Presidente do Comdema, Fábio João Jovita declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3.1) Plano Manejo da Ilha do Morro do Amaral:** O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita cede novamente a palavra para a Conselheira Magda, que inicia sua fala informando que o Plano de Manejo da RDS – Ilha do Morro do Amaral está atualmente em sua fase final, com o documento do Plano tendo sido apresentado ao Conselho Deliberativo da RDS em reunião Plenária no dia 26/03/2024, entretanto, o documento ainda não passou pela aprovação efetivamente, uma vez que a legislação vigente da RDS prevê que a aprovação se dá mediante uma resolução do Conselho Deliberativo, comentando também que na reunião os Conselheiros levantaram muitas questões relacionadas a regularização fundiária, que é uma grande preocupação dos moradores da RDS, tendo sido enfatizado na reunião que o Plano de Manejo por si só não pode definir sozinho a estratégia para a regularização fundiária, sendo apenas um instrumento que pode ser utilizado no âmbito de uma possível regularização fundiária e que o município não possui autonomia do território da RDS, uma vez que ilhas são território de propriedade da União, como é o caso. A Conselheira Magda comenta também que a própria Secretaria de Patrimônios da União (SPU), até pouco tempo, não tinha fornecido a informação de que seria cabível regularização fundiária em ilhas e que na reunião foi esclarecido que o Plano de Manejo contém a definição do território da RDS em zonas categorizadas e que os habitantes que vivem em ocupações irregulares deverão ser realocados para a área definida como Zona Populacional, ressaltando que a intenção não é retirar essas pessoas da Ilha, apenas realoca-los dentro do território definido para ocupação, comentando que muitas dessas pessoas que estão em ocupações irregulares são moradores recentes, que não fazem parte da população tradicional da RDS, entretanto, já estão integrados e desempenham funções necessárias na comunidade, não havendo riscos de que sejam retirados do local. A Conselheira Magda destaca também a participação e as contribuições da PMA, que também é membro do Conselho Deliberativo da RDS, que realizam as patrulhas e conhecem bem o território da Ilha e, ainda sobre a regularização fundiária, comenta que os moradores da Reserva estão cientes de que possuem apenas a posse dos terrenos, informando que a SAMA detectou apenas uma residência que possui matrícula imobiliária formalmente emitida dentro do território da RDS, obtida através de uma ação judicial de usucapião há alguns anos, além de estarem transitando atualmente mais dois processos judiciais de usucapião de territórios da Ilha, salientando que todas essas informações foram encaminhadas para a SPU, e que, em uma reunião realizada com a Secretaria, foi repassada a SAMA a informação de que a regularização fundiária seria o instrumento correto para o território da Reserva, informando também que, ainda nessa reunião foi acordado que a SPU irá firmar um termo de cooperação com a Secretaria de Habitação (SEHAB) para que o município possa realizar as regularizações fundiárias, comentando que já estão sendo iniciados os trabalhos para desenvolver esse termo de cooperação e, em paralelo, ficou definido nessa última plenária do Conselho Deliberativo da RDS que será realizada uma reunião Extraordinária para a aprovação da resolução que aprova o Plano de Manejo para que, após a aprovação, a resolução seja encaminhada para a Procuradoria Geral do Município para que seja confeccionado e publicado o Decreto aprovando o Plano, visto que as reuniões do Conselho da RDS

ocorrem uma vez a cada dois meses e que, seguindo o cronograma de reuniões Ordinárias, essa resolução só seria submetida à aprovação e plenária no final do mês de maio. O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita relembra que existe uma ação civil pública movida tanto pelo Ministério Público Estadual quanto pelo Ministério Público Federal contra o município, e que nessa ação há uma série de obrigações ao poder público para evitar invasões e ocupações irregulares em Unidades de Conservação, com essas obrigações tendo sido incorporadas nas etapas de elaboração do Plano de Manejo, reiterando que, após ser finalizada a etapa de aprovação do Plano, será retomada com o Ministério Público a questão da regularização fundiária, para que o MP entenda as dificuldades do município quanto a essa questão, considerando que a área é da União e não do município, não tendo o governo municipal legitimidade ativa para definir se um munícipe pode ocupar determinada área ou não dentro da RDS, comentando também que a SAMA realiza fiscalizações semanalmente a fim de identificar se novas ocupações irregulares estão sendo realizadas, ressaltando que muitas vezes as ocupações são realizadas durante a noite, e que, quando a equipe de fiscalização toma conhecimento dessa ocupação, essas famílias já estão instaladas em construções irregulares. Com a tramitação dessa ação civil pública, o município consegue firmar esse termo de cooperação, que nada mais é do que a delegação da competência da SPU para a Prefeitura de Joinville, para que o município possa dar início ao processo de regularização fundiária, trazendo segurança para esses moradores. O Presidente do Conselho parabeniza a Conselheira Magda e toda a equipe da Unidade de Gestão Ambiental da SAMA por todo o trabalho referente à elaboração do primeiro Plano de Manejo da RDS – Ilha do Morro do Amaral, informando aos Conselheiros que esse é o segundo Plano de Manejo feito totalmente do zero entregue pela atual gestão, tendo sido entregue também o primeiro Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Caieira, informando que a SAMA também já deu início ao processo de revisão do Plano de Manejo da APA – Serra dona Francisca, sendo que tanto o status do Plano de Manejo da APA quando o Plano de Manejo da RDS serão apresentados na próxima reunião do dia 08/05/2024, que será realizada no Ecoparque Bororós. A Conselheira Magda encerra sua fala, se colocando a disposição para responder eventuais questionamentos. A Conselheira Leticia questiona se somente haverá um documento oficial do Plano de Manejo da RDS após a publicação do Decreto, no que o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita responde que o Plano de Manejo, bem com as regras nele contidas, somente será válido e entrará em vigor após a publicação do documento através de Decreto. A Conselheira Magda complementa, informando que a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não prevê especificamente que os Planos de Manejo devam ser aprovados em forma de Lei ou Decreto, sendo apenas, por via de regra, o Plano aprovado pelo Conselho da UC, seguido pela aprovação da minuta e publicação do plano, entretanto, por cultura do município adota-se a postura de publicar por meio de Decreto, como forma de dar mais segurança jurídica. A Conselheira Leticia questiona sobre eventuais publicações de planos que já foram aprovados pelo Comdema, porém, seguem sem terem sido publicados, além de indagar também sobre o cronograma dos próximos Planos de Manejo que serão elaborados, uma vez que ainda existem algumas UC's no município que ainda não possuem seus respectivos planos, no que o Presidente do Comdema, Fábio João Jovita responde que o próximo Plano de Manejo a ser elaborado é o da ARIE – Morro do Iriú, informando também que já foi elaborado o termo de referência, que ainda não foi encaminhado por questões orçamentárias e pela limitação por falta de equipe, de modo que não haveria como garantir a fiscalização adequada do contrato de elaboração do Plano de Manejo com a equipe sobrecarregada fiscalizando mais dois Planos, outro ponto com relação à futura elaboração do Plano de Manejo do Morro do Iriú é o fato de que serão analisadas algumas propostas de parceria público-privada e, caso alguma dessas propostas for viável, irá gerar uma economia de verba pública que poderá ser aplicada em outro projeto, ao mesmo tempo em que possibilita a elaboração do Plano. Com relação às publicações de Planos de Manejo via Decreto, o Presidente do Conselho, Fábio João Jovita comenta ser a favor que ocorra dessa forma para que, quando as regras do Plano forem cobradas pela Secretaria dentro de um projeto, licenciamento ou diagnóstico socioambiental, se não houver uma comprovação de que o plano está efetivamente instituído, a SAMA poderá ser questionada tanto pelo particular quanto pelo próprio MP, e comenta que a aprovação é por meio de Decreto ao invés de Lei por uma questão de celeridade, pois a tramitação de uma Lei que aprove o Plano seria muito longa e também dificultaria as revisões do mesmo, e ressalta que, se um Prefeito derrubasse um Decreto de aprovação de Plano de Manejo ele também seria questionado pelo MP, uma vez que o Conselho da UC que o aprovou possui legitimidade para levantar o questionamento da razão dessa decisão. A Conselheira Leticia reitera a necessidade da efetiva publicação de Planos que ainda não foram publicados, citando como exemplo o Plano Municipal de Mata Atlântica, que é um Plano recente e que ainda não está publicado, no que a Conselheira Magda responde que esse Plano em específico ainda não foi publicado por ser necessário realizar alguns ajustes no mapa do município na plataforma SIMGEO antes que o Plano possa ser publicado, com esses

ajustes ainda não tendo sido feitos por uma questão de falta de tempo e necessidade de atender demandas mais urgentes. A Conselheira Magda aproveita para comentar também sobre o Fórum Catarinense de Arborização Urbana, informando que o município se candidatou para sedear a 4ª edição do evento no final do ano de 2023 e que, inicialmente, o evento ocorreria no mês de Setembro do ano de 2024, entretanto, pelas limitações decorrentes do ano de 2024 ser um ano eleitoral, o evento precisou ser antecipado para os dias 25 e 26 de Abril, informando também que, após o município ser escolhido, o Prefeito assinou um termo de parceria com a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), que é a instituição responsável por todos os eventos de arborização urbana do país, com a SBAU possuindo uma sede nacional e outras subdivisões regionais (por região do país) e estaduais, com as diretrizes estaduais sendo levadas a sede regional e, posteriormente, as sedes regionais levam suas demandas a sede nacional. A Conselheira Magda comenta também que o evento geralmente ocorre em universidades e que, em Joinville, a Univille disponibilizou seu campus para a realização desse evento estadual, no qual se espera a participação entidades, empresa, academia, profissionais e representantes de vários municípios do estado, de forma que seja fomentada a arborização urbana não só em Joinville como também em outros municípios do estado, com o fórum objetivando trazer um panorama da Arborização Urbana no país e no estado, bem como correlacioná-la as questões ambientais e econômicas no município. A Conselheira Magda apresentou algumas imagens do município, comentando que as pessoas que trabalham com a área ambiental, principalmente com Arborização Urbana, ficam maravilhadas com a quantidade de vegetação rodeando a área urbana, embora reforce que muito desse visual do município se dá pela vegetação de Mata Atlântica, sendo necessárias ainda muitas melhorias na Arborização Urbana pública, todavia, salienta que o Plano de Arborização Urbana do município ainda é referência para muitos outros ao redor do país. Com relação à programação, a Conselheira Magda informa que a palestra de abertura do evento no dia 25 de Abril será sobre “A Política Nacional de Arborização Urbana (Pnau)”, que será ministrada por Daniel Antonelli e abordará esse projeto de lei, e a segunda palestra já confirmada será “Arborização Urbana e Resiliência Climática”, que abordará o tema através da perspectiva das mudanças climáticas e será ministrada pela Professora Rita Sousa Silva, que é Doutora em Ecologia Florestal e professora na Universidade de Leiden, na Holanda, com a Conselheira Magda informando que ela é portuguesa e será a palestrante internacional convidada para o evento, comentando também que as palestras ocorrerão debates, com o Mestre Paulo Augusto da Silva, representante da empresa ARBORAN como moderador, além de que será realizada também a leitura da Carta do 3º Fórum Catarinense de Arborização Urbana, que ocorreu no mês de março de 2023, na cidade de Blumenau. Após a programação da manhã e o intervalo para o almoço, a Conselheira Magda informa que para o período da tarde desse primeiro dia do evento ocorrerá à palestra “Arborização Urbana em Joinville”, que irá abordar os desafios da aplicação do Plano de Arborização Urbana do nosso município, e será apresentada pelos Servidores David, da Unidade de Parques, Praças e Arborização, Jorge, líder do setor que realiza as atualizações do SIMGEO e Priscila, Engenheira Agrônoma da Unidade de Gestão Ambiental, com cada um possuindo o tempo máximo de 10 minutos para realizar a sua apresentação. O Presidente do Condema, Fábio João Jovita informa que, durante o ano de 2023, a SAMA elaborou um termo de referência contendo todo o procedimento de como será seria realizada a aplicação do Plano de Arborização, as espécies de árvores que seriam plantadas, os locais, entre outras questões, comentando também que a ideia inicial era que o termo de referência previsse que a empresa contratada para fornecer as mudas das árvores já realizasse o plantio, contudo, percebeu-se que não existem empresas no mercado capazes de preverem um orçamento para realizar essas duas ações e, por essa razão, as ações foram desmembradas, de forma que sejam contratadas duas empresas, uma que irá vender as mudas e outra que irá realizar o plantio, uma vez que a Secretaria não possui equipe suficiente para realizar a ação de plantio no município. O Presidente do Comdema ressalta também que foi realizado um aperfeiçoamento da instrução normativa referente aos licenciamentos com relação à questão das compensações por supressões de vegetação autorizadas pela Secretaria, de modo que, a partir de agora, é facultado ao empreendedor escolher entre doar a quantidade especificada de mudas pequenas para o projeto “Adote uma Árvore” para compensação da supressão, como já ocorria anteriormente, ou doar uma quantidade menor de mudas maiores para o projeto de Arborização Urbana e, ainda com relação à Arborização Pública, informou que está sendo realizada, junto a Univille, a contratação para a elaboração do mapeamento da Arborização na área Urbana do município, com a Univille sendo contratada para realizar um levantamento de da vegetação existente nas calçadas e nas praças, com os dados desse mapeamento sendo posteriormente acrescentados ao SIMGEO, além de serem utilizados para que a SAMA consiga realizar a contabilidade da Arborização Pública, de modo que seja identificado se não está sendo realizada mais supressão do que plantio na cidade e, como última etapa de Arborização Pública, haverá ainda a realização de um diagnóstico fitossanitário da Arborização, de modo que sejam identificadas árvores que apresentem risco

de queda em temporais para que sejam realizadas trocas dessas árvores por árvores mais resistentes, evitando problemas futuros com acidentes relacionados à queda dessas árvores. Sem mais manifestações, o Presidente do Comdema, Fábio João Jovita encerra a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita cede a palavra para o Conselheiro Pedro Alacon, da CAJ, que comenta sobre a influência das casas geminadas nas pequenas estações de tratamento de esgoto, ressaltando que a legislação de casas geminadas do município é muito recente e ainda não foi muito estudada e que nesses lotes, em que viveriam em média no máximo quatro pessoas caso existisse apenas uma casa, podem viver até 16 pessoas em até quatro residências, o que influencia todo o cálculo de horizonte de projetos de estações de tratamento de esgoto de loteamentos, comentando que já existem casos no município de loteamentos relativamente novos e que possuíam, de acordo com o planejamento, uma certa quantidade de anos sem que fosse necessário realizar a ampliação dessas estações, já apresentando necessidade de ampliação, pedindo ao Presidente do Comdema tempo em pauta de uma das próximas reuniões para apresentar esse tema ao Conselho, sendo definido que essa apresentação será realizada na reunião prevista para o dia 05/06/2024. A Conselheira Leticia comenta que na Câmara Técnica de Saneamento Básico do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) está sendo desenvolvida a revisão dos regramentos de efluentes industriais e, nessa revisão, entrarão também os loteamentos que ainda não foram regradados, como as estações de tratamento de condomínios horizontais, com esse trabalho sendo algo que pode ser refletido nos municípios do estado, informando que a minuta desenvolvida por essa Câmara Técnica muito provavelmente será publicada ainda no primeiro semestre desse ano. Sem mais manifestações, o Presidente do Comdema agradece a presença de todos declarando encerrada a reunião ordinária às 11h53, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do Comdema, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do Comdema

Joao Victor Galvan
José Augusto de Souza Neto
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

*Ata Assinada pela Secretaria do Conselho

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Jose Augusto de Souza Neto**, **Coordenador(a)**, em 15/05/2024, às 08:57, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020915365** e o código CRC **B1A7C825**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.003425-1

0020915365v12

0020915365v12